

UMA PEDAGOGIA PARA OS ÍNDIOS: A Política Indigenista de Getúlio no Contexto do Estado Novo (1937-1945)

Márcia Pires **SARAIVA**
Historiadora/ UFOPA
mars.ara@bol.com.br

Resumo: *Trabalho e nacionalidade foram ideias recorrentes nos anos do Estado Novo. Este artigo demonstra que a política Getulista de culto ao trabalho também foi pensada e executada para os índios. Na perspectiva do Estado novista, os índios deveriam deixar de ser índios para se tornarem trabalhadores agrícolas, que cultivassem valores vinculados ao culto a bandeira, a língua nacional e as datas cívicas. O SPI foi o órgão vinculador destas ideias mediante a utilização de um conjunto de ações pedagógicas executadas pelos postos indígenas. Estes funcionavam como grandes escolas que com seus trabalhadores – encarregado, mestre-escola e diaristas tratavam de “enquadrar” os índios na nova ordem que surgia. Entretanto, este processo foi conflituoso, pois os índios não ficaram passivos diante desta política como revelam os documentos do órgão. Nestes, há evidências de que os índios continuavam comercializando sua produção com os regatões do Gurupi, prática combatida pelo SPI.*

Palavras- Chaves: *Política indigenista. Estado novo. Índios do Gurupi.*

Abstract: *Work and nationality were recurrent ideas at the Estado Novo's years. This article shows that the Vargas politics of cult to work was also conceived and executed to the indians. On the perspective of the Estado Novo, the indians shouldn't be indians anymore to become farm workers, that cultivate values linked to the cult of the flag, the national language and the civic dates. The SPI was the linking agency of this ideas by using a set of pedagogical actions executed by the indian post. These operated as large schools with their employees – commissioner, schoolmasters and diarist managed to “turn in” the indians at the emerging order. However, this process was conflictual, because the indians didn't stay passives toward this politics as shown the agency's documents. In these, there is evidences that the indians still marketing their production with the Gurupi's merchants, practice countered by the SPI.*

Keywords: *Indigenist politics. Estado novo. Gurupi's indians*

Quem trabalha é que tem razão. Eu digo e não tenho medo de errar. O bonde São Januário leva mais um operário. Sou eu que vou trabalhar (Versos de samba de Wilson Batista e Ataulfo Alves, gravado em 1940 por Ciro Monteiro).

Os versos de samba de Wilson Batista e Ataulfo Alves revelam o perfil do Brasil no contexto da ditadura getulista. De acordo com Matos (1982), que analisou as letras de samba da época, a partir de 1940, começou a surgir muitos sambas que falavam da regeneração do malandro, tendência que a autora relaciona à atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sobre a música popular brasileira. Ainda segundo Matos (1982), passou-se a proibir a glorificação do malandro, que fora recorrente nos anos 30, e a incentivar temas sobre o trabalho e suas compensações. Desta maneira, a nova ordem que surgia no país era bem mais rígida e voltada para o culto ao trabalho. Ideias como trabalho e nacionalismo passam a caminhar juntas e a educação assume um papel fundamental na política ditatorial de Getúlio. Esta não se restringindo apenas ao espaço escolar propriamente dito, mas alcançando a sociedade como um todo. Lenharo (1986), neste sentido, chama atenção para a educação realizada pelos sindicatos junto aos trabalhadores. Em sua visão, os sindicatos funcionavam como “escolas de união e disciplina”.

Este artigo aborda a política do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, órgão do Estado responsável pela proteção e assistência aos índios. Através da análise de documentos do SPI, busca-se evidenciar que as populações indígenas também foram alvo do Estado Novo, inclusive da ideologia de culto ao trabalho, que não se restringiu somente a operários, estudantes, imigrantes e trabalhadores do campo. No caso dos índios, essa ideologia chegou através dos postos indígenas e da atuação de seus servidores.

Na estrutura hierárquica do SPI, os postos indígenas funcionavam como unidades de ação responsáveis pela execução direta da política indigenista junto aos índios (SOUZA LIMA, 1995). Pautado na doutrina política do positivismo, os postos tinham o objetivo de incorporar os índios à sociedade brasileira. No contexto do Estado Novo, esses lançam mão, como se verá a seguir, de um conjunto de ações pedagógicas para alcançar este objetivo. Estas ações não estavam circunscritas apenas na escola do posto, mas envolviam todas as atividades desempenhadas pelo mesmo,

tais como atividades destinadas aos trabalhos agrícolas, aos exercícios físicos e aos rituais celebrativos. Entre os servidores, merece destaque na documentação, a atuação do Encarregado do posto. Denominado como “mestre natural dos índios”, cabia a ele dirigir a ação indigenista diante das etnias que se localizavam sob a jurisdição do posto.

O texto se baseia em pesquisa empreendida nos documentos do SPI, que fazem parte do acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. Tais documentos, como ofícios, prestações de contas, circulares e, principalmente, os relatórios dos encarregados dos postos, apresentaram-se ricos em informações sobre o cotidiano das atividades, demonstrando a atuação pedagógica do SPI junto aos índios. A maioria desses documentos pertence à Inspeção Regional 2 – IR2, que tinha a incumbência de atender aos índios do Estado do Pará. Na pesquisa em questão, privilegiou-se a área do Gurupi, na qual o SPI possuía três postos indígenas: O PI Pedro Dantas (1927), o PI Felipe Camarão (1911) e o PI Maracassumé, os quais tinham a tarefa de atender os índios Tembé, Timbira e, principalmente, os Urubu-Kaapor.

Embora a ênfase da pesquisa tenha sido caracterizar o discurso oficial do SPI, também foram realizadas entrevistas com um grupo de lideranças Tembé, do Gurupi, que se encontrava em visita à FUNAI, em Belém, e com o chefe de Posto do Pedro Dantas¹, Francisco Potiguar. Das narrativas, pode-se perceber que na memória dos índios ainda é muito forte a imagem do posto, associada a um tempo de repressão e violência que caracterizou o Estado Novo.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira contextualiza os anos da ditadura de Getúlio, procurando delinear o perfil de Estado que surgia com o “Estado Novo” e a sua política para os índios por meio do SPI. A segunda, através dos relatórios dos encarregados de posto, trata do ritual pedagógico que o SPI procura enfatizar junto aos índios, demonstrando sua eficácia em transformá-los em trabalhadores agrícolas. Entretanto, os próprios documentos evidenciam a dificuldade que os servidores encontravam para pôr em prática esta política. Primeiro, devido à carência do repasse dos brindes por parte do governo getulista e segundo, por que os índios procuravam burlar o controle exercido

¹ Hoje o PI Pedro Dantas é denominado PI Canindé.

pelo posto, comercializando a produção com os regatões, a fim obter os produtos que necessitavam.

1 Os postos indígenas sob a ordem getulista: produzir mais e melhor

Sob a égide de um Estado Forte, Getúlio prometeu a construção de uma nova nação, um novo Brasil, uma nova história. Marcado, no ambiente interno, por uma intensa instabilidade política, econômica e social, no plano externo, as rivalidades entre as potências do Eixo e os Aliados contribuíram para caracterizar os anos do Estado Novo como um dos períodos mais complexos e confusos da nossa contemporaneidade. O Estado que se delineou a partir de 1937 foi marcado por ser um Estado autoritário, tendo à frente um único líder, um único chefe. Em seu comando Getúlio passou a desenvolver diversas atividades no sentido de centralizar o poder no Governo nacional. Segundo Lauerhass (1986), foi nos anos do Estado Novo que o nacionalismo brasileiro triunfou e se tornou uma função permanente e central na vida política brasileira.

Uma das tarefas do novo regime foi consolidar o poder do governo nacional. Para isso, Getúlio interveio em vários setores da sociedade. A mudança na estrutura burocrática do Estado foi um passo importante nesse processo. No plano administrativo, promoveu a reorganização do Serviço Público Civil, criando o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), com o objetivo de engendrar uma nova burocracia leal à figura do presidente. Para Skidmore (1986), o DASP foi uma maneira de Getúlio aumentar seu controle sobre a administração federal.

De acordo com Araújo (2000), órgãos semelhantes ao DASP, então chamados de “daspinhos”, também foram criados em cada estado com a finalidade de racionalizar e nacionalizar as funções das burocracias estaduais. Ainda segundo Araújo (2000), o DASP passou a cuidar dos orçamentos da União e dos estados, bem como, no plano estadual, passou a funcionar como órgão assessor dos interventores que foram nomeados por Vargas.

Esta nova estrutura de poder também se evidenciou no plano simbólico, uma vez que Vargas procurou reforçar a ideia de que já não havia grandes e nem pequenos estados, mas, sim, um grande Brasil.

Com isto, segundo Lauerhass (1986), Vargas promoveu a destruição das bandeiras estaduais. A nova Constituição passou a proibir o uso das bandeiras, hinos e símbolos que não fossem os da nação. Para Araújo (2000), [...] simbolizou a centralização do poder que caracterizaria o Estado Novo, a afirmação da autoridade do chefe central, o fim do regionalismo e da federação”. Em outros termos, significava a emergência de uma nova ordem, que perduraria por mais de oito anos, assentada na construção de mitos e contradições.

As mudanças na estrutura burocrática também afetaram o SPI que, pelo Decreto-Lei nº 1736, de 1939, vinculou-se ao Ministério da Agricultura. Segundo atesta o documento abaixo, a transferência ocorreu porque:

“O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão da colonização pois se trata, do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam as atividades agrícolas” (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspectoria Regional 2, documento nº 85).

Apesar de conservar o mesmo discurso da época de sua criação em 1910, o SPI, nessa conjuntura, reveste-se de uma nova roupagem, desta feita norteadada pelo perfil de Estado que se consolidava com a ditadura de Getúlio. Neste contexto, a política de orientação dos índios para o cultivo do solo deve ser compreendida de maneira indissociável da dinâmica do Estado novista, fortemente marcada pela ideologia do trabalho. E o SPI, neste quadro, incorpora como finalidade básica a transformação dos índios em trabalhadores agrícolas, a fim de que se tornassem “úteis” ao país.

A ideia seria transformar os postos em unidades produtivas com o uso da mão-de-obra indígena. A nova legislação que passou a nortear a relação entre os índios e o Estado fundamentou esta política, determinando que uma das finalidades do SPI seria convencer os índios de que faziam parte da nação brasileira. Por este viés, os índios passam também a ser incorporados ao projeto político do Estado Novo. Neste Estado, conforme

Araújo (2000), o governo autoritário promoveu a valorização do trabalho como instrumento de nacionalidade. Segundo Gomes (2005), na ideologia de Getúlio, só era considerado cidadão brasileiro quem desenvolvia uma atividade produtiva, quem compreendia o trabalho como um dever.

O SPI teria esta tarefa de tornar os índios cidadãos brasileiros produtivos à nação, pois, na sociedade idealizada pelo Estado Novo, não havia espaço para mendigos, criminosos, subversivos, malandros e índios nômades. Para atingir este objetivo, promoveu-se uma intensa campanha educativa com o intuito de atingir vários segmentos da sociedade e os índios, como se observará subsequentemente, não ficaram de fora desta política disciplinadora. E nesta tarefa, os postos indígenas desempenharam papel central, sendo responsáveis na incorporação dos índios à nova identidade nacional.

Após a transferência para o Ministério da Agricultura, o SPI passou por uma reorganização. Os postos, há anos abandonados, foram novamente reinstalados e as suas atividades de pacificação reiniciadas (RIBEIRO, 1962). A documentação demonstra também que novos postos foram criados, tais como o PI Marabá (1937), o PI Xingu (1936) e o sub-posto Caripé (1937), até porque a ordem de Getúlio era de produzir mais e melhor em todos os ramos da economia. O ministro da Agricultura, Apolônio Sales, enfatizou de modo veemente esse aspecto, como se pode observar no documento a seguir:

Para que a ordem do Presidente seja fielmente cumprida o Ministério da Agricultura como órgão propulsor da economia nacional, apela veemente para os produtores do país no sentido de intensificarem suas atividades, objetivando também a melhoria da produção devem todavia os agricultores criadores e industriais rurais seguirem os conselhos dos técnicos bem veio procurá-los (Inspeccoria Regional, 1942).

Os postos indígenas também foram incorporados nesta política como bem sugere a circular enviada à Inspeccoria do SPI, no Pará, para o PI Pedro Dantas:

Afim de atender eficientemente a palavra ordem do Presidente da República determina-vos invisíveis

maiores esforços aproveitando material vos tem sido destinado, aumentando da máxima produção do posto, principalmente situação lavoura, aproveitando todos os índios em condições de trabalho, deveis fornecer urgente relação necessidade do posto, assim como sugestão qual e quães plantações, forma intensiva tendo em vista mercado aquisitivo mais próximo. Saudações José Gama Malcher, Chefe da Inspectoria (Circular 515/1942, IR2, documento nº 89).

O documento expressa o interesse da Inspectoria em voltar o posto para produção, utilizando a mão-de-obra indígena. Além desta preocupação, ao posto também cabia a tarefa de promover a educação e a nacionalização dos índios. Isto se observa no documento a seguir, quando o Inspetor se refere aos requisitos fundamentais que o Encarregado de posto deve ter:

Era indispensável que seja prático em Agricultura e pecuária regional e em todos os trabalhos campestres de cujo o ensino é o mestre natural dos índios tenha a capacidade para a celebração das datas nacionais e das cerimônias cívicas principais (IR2, documento nº 86).

Além do Encarregado do Posto, ao mestre-escola cabia a responsabilidade da alfabetização dos índios menores e também o ensino cívico, que incluía o culto à bandeira e os exercícios ginásticos militares².

A importância atribuída aos exercícios ginásticos representaria, de acordo com Araújo (2000), um aprimoramento estético do brasileiro. Segundo Lenharo (1996), esta ênfase deve ser compreendida no âmbito do projeto de reordenamento da sociedade, em que o corpo foi encarado como instrumento de trabalho. Conforme Soares (2004), os corpos são educados por toda realidade que os circunda. Ainda segundo esta autora, a educação ocorre não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo

² Ofício 258, 1939, IR2, nº 86.

lugar onde se vive. Para Soares (2004), o controle do corpo é, portanto, indissociável da esfera política.

No caso dos postos que se localizavam em áreas de fronteira, era necessário não somente um trabalhador disciplinado, mas um soldado pronto para defender os interesses do país, caso isso fosse preciso. Araújo (2000) ressalta a preocupação do Estado novista em controlar as influências exógenas. No caso dos índios, passou a ser terminantemente proibida a presença de missões estrangeiras nas aldeias, principalmente aquelas que possuíam missionários de origem alemã.

No Quadro abaixo, pode-se ter uma ideia do que era ensinado nas escolas dos postos em 1940.

Quadro: Programa organizado para as escolas dos PIs aprovado pelo Inspector do SPI

Segunda-feira/horário	Disciplinas
8h – 9:16h	leitura, língua nacional
9:16h – 10h	exercício de redação
10h – 10:15	repouso
10:15h – 11:00	Estudo globalizado de história e geografia
11:00h – 11:10	canto e sahída

Terça-feira	Disciplinas
8h – 9h	exercício físico
9h – 10h	Aritmética
10h – 11:00	Ditado correção
11:00- 11:10	canto e sahída

Org: Saraiva, 2000. Fonte: IR2, nº 86

Este programa demonstra claramente a penetração da doutrina política de Vargas. Neste processo se reservava aos postos indígenas a atribuição de desenvolver valores como disciplina, trabalho e nacionalismo.

Com este objetivo, o estudo de história, geografia e civismo direcionou-se no sentido de apresentar aos índios a nação da qual faziam parte, com sua história, seu espaço físico e seus heróis. Paralelamente, a normatização dos horários visava disciplinar os indígenas conforme o comportamento ditado pelo posto, em que havia hora definida para estudar, trabalhar e realizar os exercícios físicos e militares. Isto tornava o posto um lugar privilegiado, onde diversos instrumentos pedagógicos eram empregados visando incorporar os índios à sociedade Estado novista. Assim, tendo em vista que a disciplina fabrica indivíduos (FOULCALT, 2005), o papel pedagógico do Posto deixa claro que índios era necessário produzir.

Através de relatórios dos Encarregados, observa-se que, neste contexto, o posto tentou obter uma vigilância excessiva sob os índios. As atividades realizadas eram ritualmente descritas para a Inspeção Regional. E, embora o Encarregado afirme que os índios assimilavam os ensinamentos, inclusive abandonando alguns de seus costumes, era comum, como se verá a seguir, eles quebrarem as normas estabelecidas. Uma dessas subversões, que se constituía em constante preocupação nos documentos do SPI, era o estabelecimento de relações de troca com os regatões da área do Gurupi, o que mostra que o posto não conseguiu comandar totalmente o destino das populações indígenas, visto que determinados índios continuavam tecendo suas próprias relações.

2 O cotidiano dos postos indígenas: “disciplina e trabalho” na vida dos índios do Gurupi

A área do Gurupi, rica em recursos minerais e florestais, do ponto de vista indígena, é constituída por índios Tembé, Timbira e Kaapor. Desde o período colonial, o Estado manifesta preocupação em integrar essas populações e, conforme o relatório de Brusque (1863), foi estabelecido o aldeamento Santa Leopoldina para atrair e aldear os índios Tembé. Entretanto, esta área foi palco de inúmeros conflitos envolvendo índios e a população regional, os quais se acentuaram com a construção de estradas e das linhas telegráficas. Não sem razão aí foram estabelecidos três unidades de ação do SPI: os postos Felipe Camarão, o Maracassume e o Pedro Dantas. Souza Lima (1995, p. 75) explica que [...] o poder tutelar

ao criar postos indígenas inclui populações e terras numa rede nacional de vigilância e controle, a partir de um centro único de poder.

Ribeiro (1962) aponta que eram constantes os conflitos envolvendo os Kaapor e a população local, tendo muitas vezes o governo do Estado do Pará decretado estado de sítio no Gurupi. O jornal Folha do Norte³ tratava de propagar a imagem dos índios como entraves à civilização. Neste quadro, em 1927, foi criado o Posto Indígena Pedro Dantas,⁴ na margem esquerda do rio Gurupi, com o objetivo de atrair e pacificar os Kaapor e pôr fim aos conflitos nesta área. Na ditadura Getulista, o PI Pedro Dantas passou pelas administrações dos Encarregados Odilon Bandeira e de Gentil Abreu Lisboa.

O posto era constituído de micro-espços como: a casa dos trabalhadores, a sede do posto, o barracão, a escola e a casa do encarregado. O cargo de encarregado era de extrema importância, pois pressupunha a tarefa de dirigir e administrar os trabalhos indigenistas, ou seja, executar a política do órgão. Definido nos documentos do SPI como “mestre natural dos índios”, era fundamental que o encarregado detivesse conhecimento prático em agricultura e capacidade para celebrar as datas nacionais e cerimônias cívicas. Ainda assim, vale lembrar que todos os demais trabalhadores, como o mestre-escola e os diaristas também teriam esta incumbência.

Através dos relatórios dos encarregados do posto, pode-se ter uma ideia da rotina de trabalhos executados junto aos índios. Assim, no relatório de Gentil Abreu Lisboa à Inspetoria Regional, em 1942, expressa-se:

PI Pedro Dantas 2 de Janeiro de 1942

Exmo. Sr Diretor do SPI

Em obediência a determinações constante do boletim nº 1, dessa Diretoria, datado de 17 de novembro próximo passado, apresso-me a levar ao vosso conhecimento, o relatório dos trabalhos executados e ocorrências realizadas neste posto, durante o mês de dezembro próximo findo.

Neste mês foi construído um barracão de regular

³ Folha do Norte 31 de janeiro de 1920.

⁴ Sobre a história do PI Pedro Dantas ver Ribeiro (1962) e Saraiva (2000).

tamanho para o assentamento de um ferro de cobre para a fabricação de farinha. Mandei também que as queimasse e preparasse para o plantio que se destina, um rogado grande na mata que se iniciado em setembro, se foi terminado em outubro.

Ordenei ainda, que fosse feita uma limpeza geral em todo terreno ocupado pelo posto e sua circunvizinhança, a fim de tornar mais higiênico o estado sanitário do mesmo, sendo ainda realizado outros trabalhos de menor importância mas de grande interesse para o mesmo posto.

O estado sanitário do posto, que vinha sendo muito regular, foi alterado de setembro a dezembro grassando febres de mau caráter e catarrão ocasionando a morte de um índio tembé, estando outros atacados do mesmo mal o que nos coloca em situação difícil, porque no posto não se encontra medicamentos algum para debelar o mal.

Sendo este posto de pacificação, dá lugar que o numero de índios Tembê nele existentes seja muito diminuto, ao passo que os índios Urubus que o visitam, são em número muito regular, podendo-se digo calculando-se em 250 o número de índios que se revezando, visitaram o posto no dezembro próximo findo. 25 de dezembro findo, pelas 9 horas da manhã na sede do posto, foi inaugurado o retrato de Exmo. Sr.Dr Getúlio Vargas, enviado pela Inspectoria Regional em Belém do Pará em julho próximo passado. A cerimônia foi assistida por todos os empregados, pelos índios Tembê e por grande número de índios Urubus, que se encontravam de visita os quais se encontraram admirados e satisfeitos pelas formalidades observadas.

Saudações e fraternidade Gentil Abreu Lisboa (PI Pedro Dantas, 2 de janeiro de 1942, IR2, documento n° 89)

Ao lado do incentivo às atividades agrícolas, outro aspecto importante é a exaltação da imagem de Vargas. Segundo Araújo (2000), foi durante o Estado Novo que se construiu o mito Vargas, sendo comum a exibição de seus retratos em manifestações públicas comemorativas no

país, como o dia da raça, da Pátria e do Trabalho. Aliás, cabe lembrar que neste período foi instituído por Getúlio o dia 19 de abril, como o dia do índio⁵, numa clara indicação de que todos deveriam ser incorporados à ideologia da nação que o Estado novista impunha. E nesta nação, embora Getúlio ideologicamente procurasse elogiar a diversidade étnica do povo brasileiro (GOMES, 2005), não cabia espaço para a diferença, seja ela de classe, étnica ou política. Na concepção de Lauerhass (1986), uma das preocupações nacionalistas do Estado Novo consistiu em promover popularmente um sentimento de identidade nacional comum e positivo.

No relatório abaixo, fica explícito o processo pedagógico junto aos índios, marcado pelo culto ao trabalho e a necessidade em fazer com que os índios se integrassem à nação brasileira:

Chegando a época de dar começo a derrubada da mata para o serviço de roça de mandioca, milho, arroz e outros cereais reunir os índios urubus presente neste posto e lhes concitei por meios claros e brandos a darem o início a este serviço. Incurtindo-lhes no espírito o dever do trabalho no que fui prontamente atendido tratando logo os mesmos de prepararem seus roçados que abrangeram neste ano regular extensão de área muito superior a dos anos anteriores procedendo do mesmo modo os índios Tembê e Timbiras residentes neste posto e sua circunvizinha. Com relação a índole dos nossos índios urubus posso afirmar pelo que tenho observado que se os poderes competentes lhes proporcionaram os meios necessários para o aproveitamento de suas aptidões em breve serão úteis a sociedade, pois que os mesmos são inteligentes e muito dado ao trabalho, procurando imitar o civilizado. Parte dos índios urubus residentes neste posto já se mantém vendendo farinha de suas roças comprando os objetos de mais necessários para seu uso, pois já vão compreendendo que para adquirir os objetos de que tem necessidade é preciso que trabalhe (Relatório do Encaregado do PI Felipe Camarão, 1939, IR 2 N°86).

⁵ Decreto-Lei nº 5.540 de 2 de Junho de 1943.

Ideias como o “trabalho é um dever” e “que o trabalho é necessário” para se viver são recorrentes nos relatórios. O encarregado procura demonstrar a eficácia do posto junto aos Kaapor, bem como a passividade dos índios junto aos ensinamentos do posto, como se observa no relatório abaixo, do encarregado Elias Rosa do Posto Maracassumé.

São em número de 20 entre mulheres e crianças os Urubus que habitam neste posto. Estes se acham muito satisfeitos já compreendendo que entre nós civilizados há a chamada luta pela vida que obriga o indivíduo a trabalhar para a sua manutenção e que sem o trabalho não há progresso. Adotamos não forçar o índio no trabalho e não abandonar os seus costumes primitivos. Eles, no entanto sabem tirar proveito de tudo que é nosso e que acham-lhes úteis.

Abandonaram o uso do xibé pela manhã pelo uso do café antes de irem para o serviço. O uso do fogo (Talã) em baixo das redes antes de aquera (dormir) também foi abolido, dizendo eles, fazer as redes e roupas ficarem imenso pirré (mau cheiro). A tanga das mulheres foi substituída pela anágua e camisa, os seus vestidos são feito de acordo com o uso das nossas mulheres gostam muito de festa (arara-pe). O puserrev (dança) para eles é o melhor divertimento e já estão compreendendo o valor do tamataré (dinheiro) que é como isso que se adquire o que se tem necessidade. (Relatório do Encarregado Elias Rosa, 1939, IR2, documento nº 86)

A pedagogia para os índios foi intensiva e, embora o encarregado afirme que tudo era realizado sem coação, em entrevista com Francisco Potiguar, que foi chefe de posto do Pedro Dantas, durante dez anos, esta afirmação torna-se questionável. De acordo com o depoimento de Potiguar, pautado em histórias que ouvia dos índios sobre o período em questão, o posto foi militarizado. Os índios usavam uniformes e respondiam a chamadas para a divisão das tarefas. Agostinho Tembé, um dos índios mais velhos, narra que era utilizada a coerção física e que na época do encarregado Odilon Bandeira os índios eram proibidos de comer as frutas das árvores, só podendo fazê-lo com a permissão deste

encarregado. Caso fosse desobedecido, os índios eram castigados com chicotadas pelo próprio Odilon Bandeira, o que demonstra a prática fascista e autoritária do Estado Novista perante os indígenas.

Além da violência física, é importante destacar a dominação simbólica que o posto exercia sob os índios, visto que o modo de vida indígena, baseado nas relações de parentesco e na visão do trabalho como um meio através do qual o grupo se beneficia como um todo, ficou em segundo plano. A ordem era inserir os índios no âmbito das relações econômicas ditada pela racionalidade capitalista.

É importante evidenciar, entretanto, que os encarregados procuravam demonstrar junto à Inspetoria que as atividades desenvolvidas junto aos índios caminhavam com sucesso. Uma preocupação constante nos relatórios dos encarregados era com a fiscalização da produção dos postos. Toda e qualquer produção deveria ser comercializada pelo SPI, sendo terminantemente proibido que os indígenas comercializassem fora do controle do mesmo. Isto evidencia que era comum os índios burlarem essas normas, o que motiva a imposição de regras ainda mais severas, como demonstra o documento do chefe da Inspetoria Regional, José Gama Malcher:

Considerando que as transações comerciais que se realizam entre os índios da região do Gurupy (Tembés, Timbiras, Urubus) com elementos civilizados são prejudiciais a esses índios pelo seu pouco conhecimento de valor real das mercadorias e pelo modo lesivo e pouco honesto dos comerciantes (regatões). Considerando que pelo regulamento a lei em vigor desta chefia cabe direito de proteger em qualquer sentido os índios atados. Determino aos senhores encarregados e demais funcionários dos postos Pedro Dantas, Felipe Camarão e Maracassumé que fica desta data proibida qualquer transação com esses índios principalmente com o regatão Raimundo Tavares devendo qualquer desrespeito ser comunicado a delegacia de polícia local. A produção indígena dessa região serão arrecadados pelos postos a que darem os índios subordinados e será colocada nesta praça ou em outra onde for conveniente pelo preço meio de transporte revertendo a produção

integral em benefícios deles índios, para que cada posto tenha um livro corrente onde serão escrituradas a respectiva produção e aquisição feitas como de índios e respectiva aldeia (José Gama Malcher, 06-12-1943, Chefe da IR2, documento n° 92).

A política indigenista de Getúlio torna-se, assim, clara, sendo profundamente marcada por uma preocupação do Estado em fazer com que os índios se “tornassem produtivos” e que a produção fosse administrada pelo posto. Com este intuito, criou-se um conjunto de mecanismos pedagógicos, dentre os quais, deve-se destacar também a política getulista de dar e receber, concernente à distribuição de brindes. Esta política estabeleceu a proibição da distribuição de roupas e alimentos para os índios, pois era necessário inculcar a noção de que somente através do trabalho se poderiam adquirir os materiais que se necessitavam. Assim, era ensinado aos índios que eles só poderiam receber os brindes se trabalhassem, aumentando a produção de suas roças, cujo produto vendido ajudaria o Estado a lhes dar mais brindes⁶. Gomes (2005) destaca que durante a ditadura Getulista a relação entre o povo e o presidente foi pautada numa relação de doação. Uma relação de dar e receber dádivas, presentes, benefícios.

Neste contexto, havia uma série de comemorações oficiais que procuravam destacar certas datas, envolvendo a população em um calendário festivo, no qual Getúlio assumia o compromisso de sempre presentear o povo. O povo tinha direito de receber e, portanto, o dever de retribuir. Na concepção desta autora, não retribuir era considerado o inverso da cidadania, era estar fora, era recusar o vínculo e a aliança. O SPI tentava convencer os índios de que era preciso que produzissem para o posto. Deste modo, colaboravam com o “Papa Grande” e sempre seriam lembrados por ele com mais brindes.

Os índios ao negociarem seus produtos com os regatões, nesta concepção, estariam recusando aliança com o “papa grande”. Daí esta prática ser duramente combatida pelo Serviço. Os “brindes” doados pelo posto eram terçados, enxadas e machados, os instrumentos necessários para que pudessem trabalhar. São constantes nos relatórios

⁶ IR2, documento n° 91, 1943.

dos encarregados as solicitações de remessas de brindes para os índios como fazendas, redes, camisas, linhas, espelhos, terçados e facas. Odilon Bandeira, por exemplo, se queixava quando essas solicitações não eram atendidas, demonstrando a importância que os brindes ocupavam na relação do posto com os índios.

Isto abria precedentes para que os índios comercializassem com os regatões e com os garimpeiros de Montes Áureos. Do ponto de vista do SPI, colocava-se em xeque o seu projeto político e pedagógico junto aos índios, que era o de transformar os postos em unidades produtivas e os indígenas em trabalhadores agrícolas sob a sua direção.

Conclusão

A política indigenista em voga no período do Estado novista, como os documentos oficiais podem evidenciar, se pautou em mais um capítulo de uma política integracionista e assimilacionista em relação aos índios. Nesta política observa-se uma orientação claramente homogeneadora que não considerava as especificidades culturais das etnias da área do Gurupi. Uma política que partia de um Estado nacional centralizador e autoritário em que sua ênfase foi criar uma ideologia de uma nação harmônica e na construção de uma identidade nacional única. Os postos indígenas junto com seus servidores sem dúvida desempenharam um papel político e pedagógico importante nesta direção. A partir dos relatórios dos Encarregados de posto observa-se o quanto esta política alcançou os mais distantes recantos do país, não se restringindo apenas ao contexto urbano, mais atingindo os mais diversos segmentos da população como os indígenas.

A eles também foram destinados o culto a nação, a imagem propagandista de Vargas bem como ações que visaram voltar os índios para uma noção de produtividade pautada em uma racionalidade econômica capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GOMES, Maria Ângela Castro. **A invenção do trabalhismo**. FGV, 3ª Edição, 2005.
- LAUERHASS, Jr. Ludwig. **Getúlio e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1986.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- MATOS, Claudia N. **Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1962.
- SARAIVA, Márcia P. **Produzir mais e melhor: O posto indígena Pedro Dantas durante o Estado Novo (1937-1945)**. Belém, 100f. Monografia (Licenciatura e bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, 2000.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Paz e Terra: 1986.
- SOARES, Carmen. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen (Org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores associados, 2004. p.109-130.
- SOUZA LIMA, Antônio C. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, 1995.